

## **POLÍTICA E RELIGIÃO: FERNANDO DO Ó E A CONSTITUINTE DE 1934.**

Renan Santos Mattos\*

Beatriz Teixeira Weber\*\*

Compreender a atuação de agentes sociais em determinado contexto sócio-histórico que trazem e evidenciam desafetos e afinidades em torno de determinadas concepções e doutrinas, valores dentro de um campo de escolhas e possibilidades revela-se o desafio de nosso objeto de pesquisa que se propõe mapear a trajetória de um intelectual espírita. Ao lermos a sociedade como um espaço de conflitos e acomodações entre agentes sociais que buscam legitimação a partir de estratégias e práticas sociais adotadas no sentido de aquisição de capital simbólico para enfrentar seus concorrentes, seja desafiando, seja defendendo-se de ameaças de novos grupos no âmbito de sua inserção.

Ao propormos evidenciar a doutrina espírita enquanto um agente de catalisação de uma perspectiva de mundo, tendo surgido em determinado momento histórico, em busca de legitimidade dentro de determinado contexto, “as práticas e estratégicas assumidas relacionam-se a um conjunto de representações, decorrentes de uma construção de mundo e de si mesmos por parte dos seus seguidores” (SILVA, 2009). Aspectos que podem ser analisados no bojo de determinado contexto histórico em que foram engendradas. Assim, ao tomarmos como ênfase a trajetória de Fernando do Ó na cidade de Santa Maria, almeja-se a evidenciar as alianças e disputas estabelecidas nesse jogo de distanciamentos e aproximações, conflitos e acomodações do campo religioso brasileiro e Santa-Mariense.

Muito tem se discutido sobre os processos de racionalização doutrinária e institucional do movimento espírita, o impacto das atividades realizadas pelas instituições que traziam noções de assistência e caridade aos necessitados, “constituindo uma visão de mundo conectada a um estilo de vida, fazendo crescer, por conseguinte, a força material e simbólica

---

\* Mestrando do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista CAPES. E-mail: renansnatos@gmail.com

\*\* Possui licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1986), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), doutorado em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (1997) e pós-doutorado em História das Ciências da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ (2005). beatriztweber@gmail.com

passível de mobilização por seu grupo de seguidores” (ARRIBAS, 2008, p.210). E, refletindo sobre essa questão em relação ao final do século XIX, Marcelo Gill, conclui nos seguintes termos: “para homens como esses, inseridos num universo cultural onde os valores católicos eram ainda muito presentes, não deve ter sido fácil optar pelo espiritismo, o que certamente representou para eles um complicado problema de identidade e de aceitação social do novo papel que assumiram” (2006, p.77).

Ao mesmo tempo em que somos impelidos a pensar essa trajetória, a opção em torno de um intelectual espírita argumenta-se como uma forma de dar conta dessa perspectiva em que as escolhas individuais, os projetos e lutas permitem a observação de processos, relações no fluxo da temporal, almejando evidenciar o sujeito na sua historicidade, a sua compreensão de si e do mundo, possibilitando a inferência do movimento em sua dimensão holística ao trazer à tona o conjunto de práticas e idéias presentes no seu interior.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar as disputas que se sucederam no plano político durante a Era Vargas na cidade de Santa Maria quando Fernando Souza do Ó, lança-se enquanto candidato a deputado da constituinte de 1934. Tais considerações permitem problematizar as relações política e religião, associadas ao profano e ao sagrado, dispare e dicotômicas, não devendo interagir por obedecerem a lógicas distintas. Por outro lado, como escreve Sinuê Miguel, “a prática social se encarrega de tencioná-los reciprocamente. Por vezes, disso resulta a emergência de conflitos internos ao campo da política e da religião”. (2010, p.87)

Diante disso, percebemos que a inserção política de Fernando permite refletir acerca do discurso de isenção política sustentado por parcela significativa dos espíritas, pormenorizando seus engajamentos conforme o contexto social-cultural em que vivia. A fim de dar conta de nosso trabalho, inicialmente discutiremos as aproximações políticas e as vertentes religiosas em jogo no contexto da Era Vargas, passando pela análise das disputas presentes no jornal Diário do Interior nos meses que antecederam o pleito de 02 de maio de 1933 e pormenorizando a posição tomada por Fernando do Ó assumidas nesse embate político.

## **A ERA VARGAS – RELIGIÃO E POLITICA COMO ARENA DE DISPUTA**

Como pressuposto introdutório, mostra-se oportuno levantar algumas considerações sobre o contexto de “restauração católica”<sup>1</sup>. Assim, ao propomos uma análise de constituição do campo religioso, ou ainda, o embate que se estabelece entre diversas correntes religiosas, é importante compreendermos o processo de ruptura Igreja Católica – Estado que se sucedeu com o advento da república.

Nesse sentido, tal mudança, num contexto em que o Brasil vivia uma crise tanto econômica quanto social e política, provocou transformações em diversas instituições. A religião, neste caso, sob a representação católica, historicamente associada ao Estado, viu seu monopólio ameaçado, sentindo-se traída diante do rompimento com o estado brasileiro, e findando com o regime de padroado. Paralelamente viu-se a inclinação para catolicismo romanizado no Brasil. Se por um lado a Igreja teve liberdade para formar e nomear seu próprio clero seguindo as diretrizes de Roma, por outro, defrontou-se com a difusão de novas crenças, desestabilizando sua hegemonia, tendo em vista a instituição da liberdade religiosa com a Constituição republicana de 1891.

Logo, é oportuno dizer que tal separação insere-se em investidas modernizantes do Estado Republicano. Nesse sentido, como escreve Flamarion Laba da Costa: “Pretendeu-se que a liberdade individual fosse priorizada, que esses grupos teriam no Estado a sua máxima “entidade protetora”. O Estado deveria ser impregnado do espírito liberal, garantindo leis e normas que assegurassem de todas as formas as liberdades dos seus habitantes criando uma sociedade laica” (2001, p.62).

Diante desse quadro, uma série de medidas foi adotada pelas autoridades da hierarquia católica na intenção de aproximar-se do Estado e ao estabelecer uma aliança com o poder constituído, tais ações podem ser entendidas como formas de manutenção de sua presença e influência junto ao poder, garantindo posições vantajosas perante a sociedade brasileira e o campo religioso.

Sobre as estratégias tomadas, Flamarion Costa esclarece:

---

<sup>1</sup> Tomamos como perspectiva a análise de Flamarion Costa em sua tese acerca da reação católica diante do processo de pluralização do campo religioso brasileiro (2001)

A vantagem estava assegurada em dois campos: Primeiro, o de atração da classe política que via na influência da Igreja católica uma forma de aumentar prestígio e poder perante a sociedade;

O segundo, a vantagem para a própria Igreja, que, ao apresentar-se como uma religião íntima do poder político, aumentava sua credibilidade perante a sociedade e assim, de forma mais efetiva, poderia enfrentar e se opor à crescente presença e avanço de outras instituições religiosas. Para atingir esses objetivos, passa a aceitar e não mais tratar como ilegítima a República, buscando a partir desta posição, a aproximação. (2001, p.68)

Diante do processo de “complexificação” do campo religioso, portanto, percebe-se o engajamento por parte dos padres católicos no sentido de legitimar a instituição Igreja Católica enquanto norteadora da população. Nesse sentido, embrenham-se num projeto de construção de uma identidade nacional, o que justifica o processo de reificação do outro que, ao estabelecer fronteiras, define os inimigos a serem combatidos nos campos político e religioso. No primeiro, os comunistas e os socialistas e, no segundo, os protestantes e os espíritas, entendendo-os como frutos do liberalismo.

Flamarion Costa (2001) destaca ainda que hierarquia da Igreja católica empreendeu, a partir da década de 20 do século XX, um conjunto de ações denominadas de Renascimento Católico ou de Restauração Católica, que tinham por objetivo a expansão do número de participantes das instituições católicas. Dessa maneira, os bispos arregimentaram um grande número de grupos religiosos por meio de rede de escolas, paróquias com suas associações e a imprensa católica e leiga. Entre os movimentos, destacaram-se as Congregações Marianas e a Ação Católica, acrescentando-se a Liga Eleitoral Católica (LEC).

Tal associação entre o poder político e o eclesiástico coincidia a um projeto comum: o controle político e religioso da população. No caso da Igreja, o envolvimento com as causas que interessavam ao Estado, como o combate ao comunismo e ao anarquismo, pregando o respeito às autoridades, representaram estratégias de aliança com o poder político. Ao mesmo tempo em que se buscou de forma apologética consolidar uma posição pública do catolicismo, isto é, enquanto instituição responsável por esclarecer sobre os perigos que rondavam a sociedade brasileira

Nesse contexto, segundo Lorena Monteiro, sob o comando do Cardeal Leme do Rio de Janeiro e Amoroso Lima, a Liga Eleitoral Católica surgiu no recorte de 1932-1934 com pretensões de inserir grupos dos católicos na política Brasileira. Definindo-se uma instituição suprapartidária, o objetivo era defender os princípios católicos, e a consolidação de tais

preceitos dar-se-ia numa espécie de pacto estabelecido com os candidatos que se comprometessem por escrito a defender tais pressupostos.

Assim, a LEC tinha por finalidade:

Despertar os católicos da indiferença em que viviam, em face dos problemas políticos; obter dos partidos e dos candidatos indiferentes ou hesitantes, em matéria de orientação social superior (problemas de família, educação, religião), compromissos formais de votarem com a doutrina social católica, que coincide, felizmente, para nós, com a tradição histórica brasileira e com uma das renovações mais modernas do pensamento universal. (LIMA, 1936, p.11 apud LUSTOSA, 1983, p.18).

Segundo Primolan (2007), a LEC trazia alguns pressupostos que os candidatos deveriam defender e que podem ser resumidos da seguinte maneira:

promulgação da constituição em nome de Deus; defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso; incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do Estado e dos municípios; regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais; liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros; reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar; decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã; defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis; combate a toda e qualquer legislação que contrarie expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica. (2004, p.03)

Porém, as pretensões católicas de aproximação com o novo regime não foram bem recebidas pelos demais grupos religiosos que se organizaram na tentativa impedir certos arranjos. Assim, emergia o Comitê Nacional Pela Liberdade Religiosa lutando pela laicidade do estado. Tal agregação política foi coordenada pela Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, criada em 17 de maio de 1931, e “congregava pessoas das mais diferentes orientações intelectuais, na defesa da separação entre Igreja e Estado e na luta pela igualdade de credos na futura constituição” (ISAIA, 1998, p. 103).

Com isso, conforme pontua Miguel (2011) o discurso de não intervenção das instituições espíritas na política propunha não envolver religião com Estado, garantindo sua laicidade, obviamente se tal idéia fosse para todas as religiões. Nesse caso, diante da aliança

pretendida pela Igreja Católica, a luta pela laicidade configurou-se como um ato político. É nesse cenário que a figura de Fernando do Ó emerge enquanto membro e defensor do estado laico e candidato a deputado a constituinte de 1934. Logo, sua trajetória enquanto líder espírita permite discutir o que estava em jogo no presente contexto.

## UM LÍDER ESPÍRITA NO ESPAÇO DE DISPUTA

O objetivo central do trabalho é compreender a trajetória intelectual e religiosa de Fernando do Ó no contexto religioso de Santa Maria. Além disso, a pesquisa procurará identificar as motivações e projeções propostas pelo movimento espírita e suas especificidades. Não obstante, pretende-se articular o movimento e as redes de sociabilidades (maçonaria, partidos políticos, entre outros) e a sua posição frente o contexto autoritário da Era Vargas. Dessa maneira, deparamo-nos com a inserção política de Fernando do Ó como deputado para constituinte de 1934, e tais episódios constituem a intersecção entre política e religião,

A cidade de Santa Maria localiza-se no centro do Estado do Rio Grande do Sul. Sua origem está relacionada ao signo das missões jesuíticas. Com a instalação dos dormentes da Viação Férrea, entre 1880 a 1885, Santa Maria passou a ser um importante entroncamento ferroviário, condição essa que permitiu uma pluralização do espaço e dos grupos sociais pois, como escreve Borin (2010, p.55-60) , “a ferrovia permitiu que a população da cidade transitasse até a Província do Rio de Janeiro e a outras localidades, inclusive da região platina. O estreitamento das distâncias e tempos inseriu a cidade no âmbito nacional e internacional”.

É importante mencionar ainda segundo Marta Borin (2010) processo de restauração católica em Santa Maria dentro de um contexto nacional. Assim, segundo a autora, é possível perceber a difícil situação do clero católico santa-mariense no final do século XIX, tendo em vista a existência de outras confissões religiosas. Porém, a partir dos episódios de 1930, a devoção mariana a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças consolidou-se no cotidiano das famílias devotas desta importante cidade sul rio-grandense.

E, partindo dos conceitos de capital de bens de salvação elaborados por Bourdieu, afirma que o incentivo e o triunfo desta devoção mariana e sua promoção à padroeira do Rio Grande do Sul situam-se no plano das estratégias do clero a favor da legitimação da



identidade católica no Estado e seu viés político. Assim, a Igreja católica em Santa Maria delineava seu plano de conquista de fiéis e esforçava-se para o seu reconhecimento como preponderante no espaço da cidade.

Dessa maneira, Marta Borin escreve:

tal devoção esteve sempre sob o controle da hierarquia da diocese de Santa Maria e tinha um objetivo maior: legitimar o catolicismo como religião predominante na cidade e no Estado, conquistar e cristianizar a classe operária do Brasil e combater as idéias comunistas, principalmente entre os operários. Estes é que dariam o cunho popular à devoção pois, quando a piedade popular, no caso da devoção a Medianeira, ficava sob a tutela da Igreja, não era mais julgada como “excessivamente sentimental, ignorante e mágica”, mas necessária para afastar o povo devoto das ideologias contrárias ao catolicismo (2010, p. 290).

Fernando Souza do Ó em sua trajetória representará o até então discutido. Nascido em 30 de maio de 1895 na cidade de Campina Grande no estado da Paraíba, com 15 anos, ingressou como voluntário na companhia de Caçadores no estado do Mato Grosso. Escolhas que o colocarão em situação migratória, chegando a Santa Maria na graduação de 3º Sargento em 1913, alcançando o oficialato em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, durante a segunda guerra, sendo licenciado como capitão. Posteriormente, restabeleceu-se em Santa Maria, onde passou a atuar como advogado, graduando-se em 1932 na cidade de Pelotas.

Em 1915, casou-se com Maria Altina Pereira, com quem teve 11 filhos. Questões familiares e a prática de cura o colocaram em contato com o moderno-espiritualismo. De acordo com a biografia, organizada e escrita por Fernando Corrêa, seu neto, a doença de seu filho Francisco, quanto contava 5 anos, representou sua inserção ao espiritismo, o que é narrado nos seguintes termos:

Os médicos indicavam a necessidade de amputação da perna do menino. No desespero da dor, Fernando do Ó, a conselho de um amigo, mandou buscar no Rio de Janeiro, uma receita espírita. Como resposta, veio não só a receita como também os remédios que chegaram quebrados. Fernando do Ó insistiu e escreveu, novamente, recebendo como resposta que os medicamentos tinham sido quebrados pelo espírito obsessivo do menino, cujo desejo era que o mesmo perdesse a perna. Dessa vez, os medicamentos chegaram e o menino foi curado. (CORRÊA, p.23. 2004)

A explicação acima, elaborada em uma biografia do grupo familiar e religioso, ganha significados importantes, como uma espécie de mito fundacional. E indica para o processo de iniciação em relação à doutrina espírita por parte de Fernando do Ó.

Autodidata, Fernando do Ó empreendeu um estudo sistematizado da doutrina elaborada por Allan Kardec, atuando incisivamente na cidade de Santa Maria. Denominando-se como “propagandista” participou juntamente com Otacílio Aguiar, na fundação de diversas instituições espíritas, tais como em 1929 (Sociedade Espírita União Luz e Caridade), 1940 (Sociedade Espírita Discípulos de Jesus), 1949 (Sociedade Espírita Oscar José Pithan).

Realizou uma produção de sete romances espíritas: *A dor do meu destino*, *E as vozes falaram Almas que voltam*, *Marta*, *Apenas uma sombra de mulher*, *Alguém chorou por mim* e *Uma luz no meu caminho*. Nesse sentido, estamos confrontando informações aos anos de publicação das primeiras edições a partir do Jornal e dados da Editora da Federação espírita, O fato de terem sido editados pela Federação Espírita Brasileira os colocam em consonância com os pressupostos preconizados pela mesma.

Como jornalista, Fernando Souza do Ó colaborou com diversos jornais do Rio Grande do Sul e de outros Estados, além da atuação permanente na imprensa espírita. Em nosso trabalho, por inserirmos, dentro do contexto de Santa Maria, optamos pela colaboração junto ao periódico Diário do Interior no contexto de 1930 a 1939. Envolvendo-se nos assuntos da cidade, incisivamente discutiu as questões de seu tempo, permeando em seu argumento pressupostos ligados a doutrina espírita e a sua formação acadêmica. Como voz dissonante, trazia afirmações dotadas de performance e polêmica, teatralidade e sarcasmo. Debateu política, ensino laico, direito, sociologia, literatura. Escreveu sobre Hitler, o medo comunista, os dramas existenciais. E obviamente, sobre espiritismo.

Nessas rápidas considerações biográficas, centramos nossa análise na sua breve e polêmica participação política enquanto membro do movimento Pró-liberdade religiosa na cidade de Santa Maria. Tal movimento foi liderado pelos maçons Carlos Frederico de Mesquita e Átila Salvaterra, o metodista Frank Long, os espíritas Egydio Hervé e Paulo Hecker. Se, num momento anterior os católicos tiveram suas proposições derrotadas, porque suas emendas não foram aprovadas, o pós-movimento de 1932 trouxe novos arranjos e alianças políticas. Assim, movimento em torno da liberdade religiosa retomou suas reivindicações a partir das agregações entre as minorias religiosas.



A Liga Pró-Estado Leigo, embora um movimento nacional, no Rio Grande do Sul teve peculiaridades próprias. O grupo trouxe suas causas no Congresso realizado nos dias 6,7 e 8 de janeiro de 1932, no Teatro São Pedro, em Porto Alegre. E, “por sugestão do acadêmico Ernesto Barbosa, a Liga lançou chapa própria para as eleições constituintes e apoio a todos aqueles candidatos que se opusessem as pretensões clericalistas (MONTEIRO, 2008, p.133). A chapa da Liga constitui-se por Manuel Serafim Gomes de Freitas, Fernando de Souza do Ó, Eduardo Menna Barreto Jayme, Lucydio Ramos, Alcides Chagas Carvalho, Agnello Cavalcanti de Albuquerque, Ângelo Plastina, Almirante Américo Silvado, Almirante Arthur Thompson, Athalício Pittan.

A maioria dos candidatos indicados era da Frente Única (FUG). Nesse sentido, o Partido Libertador era a principal alternativa, pois o mesmo não assumiu as reivindicações da LEC. Dessa maneira, os nomes de Alberto Pasqualini (PL), Euclides Minuano de Moura (PL), e João Gonçalves Vianna (PL) surgiam no cenário político. Além desses, do PRR recomendaram Joaquim Luiz Osório que foi membro da Liga Pró Estado-Leigo, e o único do Partido Republicano Liberal foi João Simplício Alves de Carvalho que também foi recomendado pela LEC. É nesse cenário em que religião e política apresentam sinais de conexões. Episódios que assumem perspectivas visíveis ao tomarmos como referência o jornal Diário do Interior. Aqui analisaremos as propostas de Fernando do Ó e a atuação da Liga Eleitoral Católica no sentido de legitimar suas proposições de nação católica.

## **A CONSTITUIÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL – SEUS EPISÓDIOS E BREVES CONSIDERAÇÕES**

Como aspecto de introdução, inquieta-nos as questões acerca do estudo da relação imprensa e história. Deste modo, emergem alguns questionamentos sobre contexto histórico em que estão localizadas as notícias analisadas: a forma como elas eram produzidas, para qual público eram destinadas, quais eram os objetivos e sentidos que procuravam alcançar e criar, bem como quais os aspectos que eram mais ou menos abordados e porque isso ocorria. Nesse sentido, o trabalho de Cláudio Pereira Elmir mostra-se importante quanto o uso do jornal como fonte de pesquisa.

Claudio Elmir ressalta que historiador deve fazer uma distinção entre a informação histórica dos jornais, e seu uso na pesquisa histórica. Dessa forma, há a necessidade de uma leitura meticulosa, demorada, exaustiva do jornal. E assim propõe:

devemos fazer uma 'leitura intensiva' destes jornais e não uma 'leitura extensiva'. Ler os jornais extensivamente é o que fazemos diariamente hoje. Ler intensivamente é o que acontece com leitores cujo tempo da experiência da leitura não corresponde ao tempo da formulação do jornal. (1995, p.21)

Tal assertiva refere-se que o tempo da experiência de nossa leitura é diferente do tempo de formulação do discurso do jornal, “à questão metodológica fundamental é ter presente que nós pesquisadores não somos os leitores-modelo do jornal. Nós somos leitores empíricos de um jornal que teve outros leitores empíricos no momento em que circulava”. (Idem, p.22)

E ao tomarmos o jornal como fonte de produção do conhecimento histórico, deparamo-nos com as proposições de Roger Chartier. Logo, tem-se por objetivo identificar como em diferentes momentos e lugares “cada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16). Segundo o autor, tais representações devem ser entendidas “como matrizes de discursos e de práticas diferenciadas (...) que têm por objetivo a construção do mundo social, onde os atores sociais descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.” (CHARTIER, 1990, p.19). E como tais são oriundas de espaços sociais e carregadas de competições e disputas de poder. Portanto, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. (1990, p.17)

Eliane Moura Silva propõe a perspectiva de uma história cultural como um modelo alternativo para a compreensão do fenômeno religioso:

Para estudar a história dos fenômenos religiosos, portanto, é preciso ficar atento aos usos e sentidos dos termos que, em determinada situação, geram crenças, ações, instituições, condutas, mitos, ritos, etc. Além disso, o pensar religioso também pode ser colocado no domínio da História Cultural que tem, na definição básica do historiador Roger Chartier, o objetivo central de identificar a maneira através da qual, em diferentes tempos e lugares, uma determinada realidade social é construída, pensada e lida. Representações do mundo que aspiram à universalidade são

determinadas por aqueles que as elaboram e não são neutras, pois impõem, justificam e procuram legitimar projetos, regras, condutas, etc (2004, p.03)

Tendo por referência as lutas empreendidas pelos agentes em seu espaço social, analisamos o mês de abril que antecedeu o pleito eleitoral para a constituinte de 1934. Nesse sentido, os diferentes atores lançaram suas estratégias de ataque e defesa, almejando estabelecer alianças. Também traziam suas possibilidades, causas e temores. É, nessa perspectiva, que inferimos a notícia veiculada em 19 de abril de 1933 onde percebemos as expectativas e possibilidades enunciadas por Fernando do Ó e seu grupo de simpatizantes, como percebemos a seguir:

De visseira erguida, vem Fernando do Ó pugnar pelos libérrimos princípios que nos seguram quarenta anos quarenta anos de paz religiosa no Brasil. O seu manifesto ao Rio Grande do Sul, é a maior Garantia para aqueles que não desejam, ver avassaladas as terras de Santa Cruz, pelas mais tremendas das epidemias – As guerras religiosas. Não temos cores políticas; não pertencemos a escola partidária de espécie alguma; não vimos combater governos ou religiões, ou guerrear partidos.; Vimos tão só, publica e desassombradamente, procurar evitar a mais terrível, hecatombe, que certo se desencadeará pelo Brasil, com seu fuereo cortejo de fogueiras, guilhotinas e forcas – INQUISIÇÃO! enfim se o clericalismo triunfar sobre as urnas. (CONY; DANIEL; SILVA, DE ALMEIDA; DE ALMEIDA; BRENNER; ROLIM; POGGETI, 1933, p.3)

Tal tensão e disputa são perceptíveis na conclusão do Artigo como percebemos:

Se uma religião triunfar pelo poder temporal , directa ou indirectamente será sempre em detrimento das outras. [...] Queremos a igreja livre no estado livre, o ensino laico, obrigatório e gratuito, queremos a paz e o progresso de nosso amado país. Queremos a liberdade de consciência. Não queremos consciências escravas de dogmas, preconceitos ou leis absurdas. Por isso, embora sem títulos nem brasões, e nem loiros que nos aureolem os nomes, - escudados tão somente pela paz e pela concórdia da família religiosa dessa formosa pátria do Cruzeiro do Sul, nós vimos apresentar ao glorioso filho dos pampas, a candidatura de nosso Intellectual patricio DOUTOR FERNANDO DO Ó. (CONY; DANIEL; SILVA, DE ALMEIDA; DE ALMEIDA; BRENNER; ROLIM; POGGETI. 1933, p.3)

Logo, ao estabelecerem o clero como inimigo, argumentam seu engajamento político a partir de certas práticas históricas aludindo à associação entre a religião dominante e os

grupos políticos. Assim, no sentido de se evitar certos retornos, simbolizados por uma noção histórica de inquisição, concentram-se num discurso conciliador e de tolerância, e propõem a liberdade religiosa e o estado laico, prevista em constituição, como a forma de paz e progresso da nação. Temos aí uma expectativa, uma solução e um grande medo.

A partir da mesma notícia temos a posição pessoal de Fernando do Ó, uma vez que veicula um Manifesto em seu nome no qual defende suas proposições e argumenta seu envolvimento político. Assim, o candidato define sua candidatura “sem cor essencialmente política, de carácter essencialmente popular”. Justificando sua inserção como um imperativo de seu tempo, de suas amizades, conclama sua bandeira nos seguintes termos: “E é só pela tolerância- índice de cultura política e religiosa - que se conhece no adversario os mesmos direitos e deveres”.

Nesse sentido, transitando em três grandes eixos: 1) religião e estado, ensino laico e gratuito, 2) mundo do trabalho como jornada de trabalho e propostas de serviços básicos aos trabalhadores e 3) questões de direito publico, como a criação de uma justiça eleitoral, Fernando do Ó a partir de então passou a representar o inimigo público da nação católica, como percebemos na nota a seguir veiculada 21 de abril de 1933:



Inquieta-nos nesse contexto o quanto religião e política mesclam-se nessa busca por espaço social e confundem-se em uma mesma lógica de atuação. Sagrado e profano corporificam um mesmo significado de possibilidades, expectativas e propostas. Aspecto que Fernando do Ó passa a significar como uma possível relação entre Estado, sociedade e seu direito de professar seus credos.

Em 25 de abril de 1933 o mesmo Jornal publica o Manifesto da Liga Eleitoral Católica de Santa Maria, nos seguintes termos:

Depois do brilhante movimento pela qualificação eleitoral, que veio por a prova os interesses dos catholicos da diocese de Santa Maria pela constitucionalização do paiz nas bases da justiça e da verdadeira liberdade espiritual, resta agora que, de acordo com o programa da liga apontemos e recomendamos ao leitorado da diocese de Santa Maria, os candidatos cujos nomes devem ser sufragados nas urnas. (REIS, 1933, p.1).

Apesar de fazer algumas ressalvas acerca de não ter realizado uma criteriosa análise acerca dos programas dos candidatos ao pleito, o Bispo Antônio Reis posiciona-se a favor “do Partido Republicano Liberal e o Partido Republicano Riograndense” devido “a attitude assumida pelos candidatos em relação aos problemas que na hora presente tanto preocupam os catholicos brasileiros” (REIS, 1933, p.1).

Não cabe aqui lançar os nomes dos candidatos apoiados tampouco discutir os resultados da constituinte, por outro lado, inquieta-nos a posição assumida pelo representante religioso ao escrever:

Assim sendo, estamos certos que os freteunistas verdadeiramente catholicos, pondo acima dos interesses partidários os interesses de Deus e da Pátria somente votarão nos candidatos apresentados pelo Partido Republicano Liberal e o Partido Republicano Riograndense recommendados pela liga. Catholicos da Diocese de Santa Maria, vamos às URNAS, compactos e disciplinados! Cada um vote de accordo com suas convicções políticas, numa das três chapas apresentadas, tendo em vista acima de tudo o bem da pátria e da religião. Cumpramos acima de tudo nosso dever de brasileiros e cathólicos. (REIS, 1933, p.1)

Consideramos que ambos os posicionamentos convergem para questões de nacionalidade, e propostas de bem comum e social. Assim, percebemos, conforme Bourdieu (1998), que os agentes atuam ativamente no mundo e constroem suas visões de mundo. Logo, ao considerarmos o campo religioso como esse espaço de jogo e de disputa pela conquista de almas, temos posições claras acerca de ataque e defesa, sendo que a possível laicização do estado brasileiro representou ao mesmo tempo expectativa e perigo, sendo assim as alianças políticas vieram ao jogo do sagrado conforme as posições que o grupo defendia.

Dentro lógica, temos evidências quanto o engajamento político dos espíritas. Nesse sentido, partimos da hipótese de Sinuê Miguel em defender que os espíritas adotaram (e adotam) frequentemente a concepção de religião como ligada ao sagrado (com a influência, direta ou indireta, de teóricos como Mircea Eliade) e a verdade absoluta, de fonte divina. Já a política pertenceria ao profano, obedecendo a uma divisão de esferas cara a boa parcela dos pensadores da ciência política, como Norberto Bobbio. Por outro lado, apesar dessa distinção, na prática os espíritas ao longo de sua história envolveram-se em assuntos de ordem política.

Enfim, diante do até então discutido, percebemos questões pertinentes de disputa e a religião como elemento problematizador de conceitos como estado, republicanismo, laicismo, lei, e as fronteiras entre o público e o privado. Obviamente que não cabe discutir nesse espaço o uso desses conceitos por parte dos grupos envolvidos. Mas a perceptível que intersecção de religião e política no presente contexto mostra-se como um elemento dinamizador de tensões e conflitos. Aspecto que a trajetória de Fernando do Ó vem a nos possibilitar analisar.

Diante do apresentado, é possível inferir, como destaca Borin (2010), que a cidade de Santa Maria, no início do século XX, não foi somente um pólo ferroviário, mas também palco de conflitos religiosos, envolvendo o clero católico e as demais vertentes religiosas. Um embate de perspectiva de mundo, de alternativa frente aos problemas que os rodeavam. E tais aspectos abordados mostram-se importante para entendemos nosso objeto de pesquisa. E interessa-nos o quanto Fernando do Ó passou a simbolizar essa tensão enquanto intérprete e agente dos conflitos no âmbito disputa de espaço no campo religioso de Santa Maria. Ora em tensão, conciliação e negociação.

## Bibliografia

AMORIM, Pedro Paulo Amorim. **Renovação Cristã**: de Kardec a Lutero – o papel do livro na cisão do Movimento Espírita Brasileiro (1949-2010). Santa Catarina: Dissertação de Mestrado em História/UFSC, 2011.

ARRIBAS, Célia da Graça. Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia/USP, 2008.

\_\_\_\_\_. A Doutrina Espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acessado em: 10 de maio de 2012.



\_\_\_\_\_. Espiritismo: entre crime e religião. *Mneme* (Caicó. Online), v. 12, nº 29, p. 318-339, 2011. Disponível em <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>. Acessado em 3 de novembro de 2012.

BASTOS, Lauren Albrecht. **Representações e Práticas sobre Saúde e Doença entre Líderes Praticantes dos Centros Espíritas em Santa Maria**. Santa Maria: Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais/UFSM, 2001

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998,

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-191.

BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República**. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Latino-Americanos, UNISINOS, 2010.

CORRÊA, Fernando A. R.. **Fernando do Ó: a caminho da luz**. Santa Maria. 2004

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa. Difel, 1990.

DAMAZIO, Sylvia F. **Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994

GIUMBELLI, Emerson. Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. **Rev. Antropol.**, vol. 40, nº 2, p.31-82, 1997.

GIL, Marcelo de Freitas. **O movimento espírita pelotense e suas raízes sócio-históricas e culturais**. Pelotas: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/UFPEL, 2008.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

\_\_\_\_\_. A república e a teleologia histórica do espiritismo. In: ISAIA, Artur Cesar; MANOEL, Ivan Aparecido. (Org.). **Espiritismo e Religiões Afro Brasileiras. História e Ciências Sociais**. 01 ed.São Paulo: UNESP, 2012, p. 103-117

LEWGOY, Bernardo. **Os espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre cultura escrita e oralidade no espiritismo kardecista**. 2000. 360 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). FFLCH/USP, 2000

MIGUEL, Sinuê Neckel. Espiritismo e Política: o Compasso dos Espíritas com a Conjuntura dos Anos 1930-1940 *Debates do NER*, Porto Alegre-RS, ano 10, nº 15, p. 39-70, jan/jun

2009. Periódico do Núcleo de Estudos da Religião (NER), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. A questão política no espiritismo: o sagrado e o profano em tensão. In: Carlos André S. de Moura; Eliane Moura da Silva; Mário R. dos Santos; Paulo Julião da Silva. (Org.). **Religião, Cultura e Política no Brasil: Perspectivas Históricas**. 10ed. Campinas: Coleção Idéias. IFCH - UNICAMP, 2011, v. 2, p. 87-108.

MONTEIRO, L. M. . Os católicos gaúchos e a construção da ordem política: A liga Eleitoral Católica. Revista Brasileira de História das Religiões, v. V. 2, p. 118-148, 2008.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da Religião: enfoques teóricos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PRIMOLAN, Emilio Donizete . Catolicismo e Política: a participação da Liga Eleitoral Católica nas eleições de 1933. In: I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades, 2007, Maringá. p. 01-15. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st11/Primolan,%20Emilio%20Donizete.pdf>. Acessado em 02/03/2013

SILVA, Fábio Luiz da. **Espiritismo: história e poder (1938-1949)**. Londrina: Eduel, 2005.

\_\_\_\_\_. **Céu, inferno e purgatório: representações espíritas do além**. Assis. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis- Universidade Estadual Paulista. 2007.

SILVA, Eliane Moura . Fé e Leitura: A Literatura Espírita e O Imaginário Religioso. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL**, 1996. ANAIS. SÃO PAULO. v. 1. p. 12-21. Acessado em: 10 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. In: **Rever – Revista de Estudos da Religião**, n.2, pp.1-14, 2004. Disponível em: [www.pucsp.br/rever/rv2\\_2004/p\\_silva.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf). Acessado em: 10 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. História das Religiões: algumas questões teóricas e metodológicas. In: MOURA, Carlos André Silva de; SILVA, Eliane Moura; SILVA, Paulo Julião; SANTOS, Mario Ribeiro. (Org.). **Religião, Cultura e Política no Brasil: Perspectivas históricas**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2011, v. 1, p. 11-24.

SILVA, Marcos José Diniz. Moderno-espiritualismo e espaço público republicano: maçons, espíritas e teosofistas no Ceará. Tese de Doutorado. Fortaleza: UFC, 2009.

\_\_\_\_\_. República e ‘Religiao social’: maçons, espíritas e teosofistas no espaço público cearense. Fenix – Revista de História e Estudos Culturais, v. 7, ano VII, n. 03 (Uberlândia: set./ out./ nov./ dez. de 2010). Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

SCHIMDT, Benito. Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 13-2, 1997.

\_\_\_\_\_. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p. 193-202.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p 231-270.

## Fontes

CONY, Diógenes; DANIEL, Cristovão; SILVA, Alfredo Luis Siva, DE ALMEIDA. Luis Pereira; DE ALMEIDA, Antonio Ribeiro; BRENNER, Almiro; ROLIM, João Ignácio; POGGETI. **Aos Eleitores do Rio Grande do Sul**. Diário do Interior. 19 de abril de 1933. p.1.

Ó, Fernando do Souza do. **Manifesto dô Doutor Fernando do Ó às forças do eleitoraes do Rio Grande do Sul**. Diário do Interior. 1933. p.1.

JUNTA REGIONAL DE SANTA MARIA LIGA ELEITORAL CATÓLICA. **Aviso aos Eleitores**. Diário do Interior. 21 de abril de 1933, p.1

REIS, Antonio. **Manifesto da Liga Eleitoral Cathólica da Diocese de Santa Maria. Diário do Interior**. 25 de abril de 1933, p.1